

MJSP APOIA POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO PARA DESARTICULAR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA DE FRAUDES ELETRÔNICAS E LAVAGEM DE DINHEIRO

A PCPE, com o apoio do MJSP e da PCCE, deflagrou a Operação de Repressão Qualificada Network. Esta é a primeira grande ofensiva do ano voltada à desarticulação de grupos especializados em crimes cibernéticos e fraudes financeiras.

A ação desmontou um grupo suspeito de aplicar golpes pela internet, resultando na prisão de cinco pessoas no Ceará (CE), no cumprimento de nove mandados de busca e apreensão domiciliar, na remoção de 92 páginas fraudulentas das redes sociais e na desindexação de sites criminosos em motores de busca, como Google e Bing.

O secretário Mario Sarrubbo ressalta que “a remoção e desindexação dessas páginas representam um golpe significativo na infraestrutura digital da organização, impedindo que novas vítimas sejam feitas através dos respectivos sites falsos criados para a fraude.”

[Saiba mais aqui](#)

FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA ABRE CICLO DE AUDITORIAS PRESENCIAIS DE 2026 APÓS EXECUTAR R\$ 1,4 BILHÃO EM 2025

Após alcançar resultados históricos na execução orçamentária — com mais de R\$ 1 bilhão liquidados em 2024 e R\$ 1,4 bilhão em 2025 —, o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) inicia, em 2026, um novo ciclo de auditorias presenciais junto aos entes federativos. A iniciativa consolida um modelo de atuação técnica in loco, que tem sido decisivo para ampliar a execução das transferências fundo a fundo, qualificar a gestão de convênios e aprimorar o uso de doações e instrumentos contratuais na área de segurança pública.

Os resultados refletem a intensificação do acompanhamento técnico presencial realizado pelo Fundo nos últimos anos, com foco na orientação direta às equipes estaduais e municipais. A agenda de auditorias de 2026 dá continuidade a esse trabalho, com início em janeiro no Tocantins (TO), de 14 a 16, e no Espírito Santo (ES), de 26 a 27. O objetivo é priorizar oficinas práticas e atendimento técnico direcionado às equipes responsáveis pela gestão dos recursos.

As auditorias presenciais atendem às recomendações dos órgãos de controle, especialmente do TCU, e se consolidaram como um instrumento estratégico de aproximação federativa. Em cada agenda, as equipes do FNSP orientam gestores estaduais, distritais e municipais sobre boas práticas de execução orçamentária, governança de projetos e rotinas relacionadas a licitações, contratos, convênios, doações e emendas parlamentares.



[Saiba mais aqui](#)

MJSP APOIA INVESTIGAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ CONTRA CRIMES DIGITAIS ENVOLVENDO CRIANÇAS E ADOLESCENTES



Com apoio do MJSP, a PCPR prendeu, em Santa Cruz do Capibaribe (PE), um homem de 20 anos investigado por crimes de indução à automutilação, aliciamento on-line e produção, compartilhamento e armazenamento de material de abuso sexual infantojuvenil.

A prisão ocorreu no âmbito da Operação Vulture, que contou com a participação da PCPE, por meio do Núcleo de Investigações Qualificadas da Diretoria de Polícia do Interior (DPI), e com apoio técnico do Ciberlab. Durante a ação, foi apreendido um aparelho celular, que será submetido à perícia.

O suporte técnico-informacional prestado pelo Ciberlab, vinculado à Diopi da Senasp, fortaleceu a cooperação interestadual no enfrentamento aos crimes cibernéticos contra crianças e adolescentes. O apoio teve como finalidade subsidiar a atuação da Polícia Judiciária.

[Saiba mais aqui](#)

PROFISSIONAIS DA SEGURANÇA PÚBLICA RECEBEM CAPACITAÇÃO EM LIBRAS OFERECIDA PELO MJSP

O MJSP iniciou, em 10 de janeiro, a oferta do curso Libras para Profissionais de Segurança Pública. A qualificação tem como objetivo capacitar integrantes do Susp para um atendimento ético, inclusivo e qualificado a pessoas surdas e com deficiência auditiva. A formação é oferecida na modalidade a distância (EaD), com carga horária de 40 horas-aula, por meio da plataforma da Rede EaD Senasp.

A iniciativa integra o conjunto de ações do Governo Federal no âmbito do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Novo Viver sem Limite, que prevê medidas estruturantes para o enfrentamento do capacitismo e da violência contra pessoas com deficiência, incluindo a qualificação de profissionais da segurança pública. O curso também está alinhado à Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e à Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Segurança Pública.

Para o secretário nacional de Segurança Pública, Mário Sarrubbo, a capacitação representa um avanço

[Saiba mais aqui](#)

institucional relevante. “A oferta de um curso de Língua Brasileira de Sinais (Libras) para profissionais da segurança pública consolida uma política nacional de segurança inclusiva, alinhada aos princípios do Estado Democrático de Direito, conforme estabelecido na Constituição Federal. O objetivo primordial é garantir que a segurança pública seja acessível a todos os cidadãos”, afirma.

